PODER JUDICIÁRIO

41583

JUSTIÇA FEDERAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO

FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA
FRAGA

41584

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
Subseção Judiciária de Santa Maria – Ação Penal 2007.71.02.007872-8

INTERROGATÓRIOS

JUSTICA FEDERAL - PROCESSO 2007.71.02.007872-8

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL
DE SANTA MARIA

Processo
2007.71.02.007872-8

DIA 28/11/2011

ALFREDO PINTO
TELLES

FRANCISCO J. DE
OLIVEIRA FRAGA

ENVELOPE-10

JUÍZA: Interrogatório de Francisco José de Oliveira Fraga. O senhor sabe do que está sendo acusado?

RÉU: Sim, senhora.

JUÍZA: O senhor tem o direito de permanecer em silêncio, de tecer considerações em sua defesa e de avaliar a pertinência ou não das perguntas que lhe forem formuladas, tem o direito, portanto, de respondê-las ou não. O senhor tem acompanhado aqui alguns dos interrogatórios, e observou que nós temos adotado o procedimento de permitir que o interrogado possa, primeiramente, tecer considerações em sua defesa, se assim preferir. O senhor pretende fazer alguma exposição?

RÉU: Sim.

JUÍZA: Então, o senhor tem a palavra.

RÉU: Doutora, eu não podia me negar esse direito de, à primeira vez, me defender. Nesses períodos todos aí, que tem acontecido, o Ministério Público nunca me chamou, nunca me ouviu, antes de me acusar. E as interpretações, a denúncia, toda ela sempre caracterizada, para mim, infundada, em relação ao fato de ser extorsão. São várias pessoas e eu seria, então, o que estaria extorquindo. No meu entendimento, extorsão é um ato violento, uma ameaça grave, e que em nenhum momento ninguém narrou. Além do que, nos fatos todos eu não estive presente. Mas eu vou fazer um "incompreensível" de vida também, doutora, para ver como muitos aqui foram realmente criminalizados, se não todos. Eu iniciei minha vida com 12 anos trabalhando já, fazendo cursos técnicos, fui tipógrafo formado, fui um torneiro mecânico formado pelo SENAI, trabalhei na fábrica nacional de motores. Quando atingi a idade de que tinha que prestar o serviço militar, eu fui para a aeronáutica prestar o serviço, e lá eu pensei em seguir carreira. Fui muito bem recebido, tanto que fiz parte de uma polícia, que fazia a "incompreensível" dos presidentes, e eu fiz do Geisel e do Médici, junto com outros órgãos, como Polícia Federal, que naquele tempo atuava, realmente. Todo mundo fala da ditadura, uma enorme diferença do que ela hoje atua na Polícia Federal. Pelo que eu vi os depoimentos aqui, e pelo que eu também, no outro processo que eu respondo, da merenda, na operação Solidária, onde as pessoas foram coagidas, foram intimidadas. Inclusive a mim também, as ofertas que eles fazem, algo que eu não conhecia no período que eu estive, mais de seis anos na aeronáutica, junto com marinha e exército, e a Polícia Federal. Nestes atos que eu estive, era na extrema repressão do país, nos anos 1970 a 1976. Lá eu não vi isso, eu era jovem, e tinha também, que nem esses jovens hoje, idealismo, tinha sonhos. Continuo com meus sonhos, com meus ideais, mas jovem tem diferença. Acredito que no afã de querer fazer algo, eles cometem essa violência às pessoas que passaram a vida construindo ela. Além do apoio da imprensa, que devia de estar, no meu caso, a palavra certa eu não sei se é mancomunado ou não. Porque a imprensa recebia diariamente as informações do que eu estava passando. Então, eu vejo que hoje a polícia atua num estilo Gestapo, num estilo de terrorismo, coisa que no meu tempo não vi isso. Mas depois de ter estado na aeronáutica, eu saí da escola quando não pude ser piloto, o meu sonho era ter sido piloto. Eu podia ter sido um oficial, os que foram meus colegas hoje são coronéis ou brigadeiros, e eu desisti da carreira porque eu queria ser piloto. Fui tentar, na vida civil, fazer o brevê, o aeroclube não tinha condições de fazê-lo porque era muito caro, e fui para empresa privada. Comecei com o comércio de automóveis, posterior eu tive um hotel na praia, tive uma grande imobiliária em Porto Alegre; em sociedade, sempre, com amigos. E sempre fui envolvido, saindo da aeronáutica, eu me envolvi sempre com o movimento estudantil. Sempre gostei de fazer política, fui assessor de cinco prefeitos em Canoas, assessoria de secretário. Em todos esses anos que lá estive, sempre em cargo comissionado, não fui concursado, sempre tive a confiança de todos eles. O prefeito Bindane, Chico Biazus, o prefeito Dick e o prefeito Ronchetti. O prefeito Lagranha, todos eles eu estive junto. Em alguns momentos fiquei um ano, um pouco mais ou um pouco menos, o maior período foi na gestão do prefeito Ronchetti. Que inclusive, foi mais uma questão de princípio de luta, de não sair derrotado. Porque quando foi

para eu assumir o cargo já foi difícil, além do fogo amigo, os inimigos sempre articularam para mim não assumir. Então, eu assumi o cargo de diretor, inclusive, na época, que durou um ano, um ano e pouco. Posterior, eu passei a secretário de planejamento; e depois de dois anos, dois anos e meio, eu passei a secretário de governo. Já na entrada havia as brigas acirradas, neste momento, mais da equipe do fogo amigo do que dos inimigos, ou dos adversários. É sabido que eu sou conhecidíssimo em Canoas, não pela política, mas pelas pela atividade total, sempre souberam que eu tenho, como adversário ferrenho, o PT. Então, assumido o cargo, começou as manobras tentando me desmoralizar, tentando fazer... Neste período, doutora, quando eu entrei, em 2001, eu já estava com, hoje eu estou com 61 anos, eu estava com 51 anos. Então, até os 51 anos, entrei e não tinha nada que falasse mal de mim. Eu já tinha sido assessor de quatro prefeitos e nada constataram, nunca, nada disseram de mim. A partir daí, começou a ter essa divergência política, e alguns até companheiros, que foram indo para outro caminho, outro lado, amigos que se diziam que eram amigos. Nesse período a gente conheceu o verdadeiro amigo e o verdadeiro companheiro. Amigos são poucos. E quando foi 2003, doutora, fizeram uma gravação ilícita, feito pelo guardião. Nós temos o CD que o guardião nos gravou. Teve em Canoas um sindicato, que reproduziu parte, o Sindicato dos Municipários, que o seu presidente era um funcionário filiado ao Partido dos Trabalhadores, depois do PSTU. Mas ele tinha ligações à esquerda. Aqui tem a sentença, doutora, do CD que foi recolhido. Ele foi produzido com cortes. Já começa o fato ilegal de ter sido inserido num processo que se chamava roubo de cargas de fim de ano. O meu telefone, que é o mesmo que eu uso até hoje, doutora, 9955-8922, é o mesmo que a Polícia Federal está escutando até hoje. No outro processo que eu respondo lá, com o doutor Daniel, eu falei isso e ele disse para mim que era impossível, mas que ele ia olhar. A gente vai aprendendo com o tempo, como é as gravações. Eu tenho dois telefones, que eu tenho desde que inventaram o celular, o 9955-8922, eu fui o 51 a comprá-lo, naquela época que implantaram, que a gente pagava US$ 500,00. Eu continuo com ele até hoje, doutora. Este é o mesmo que eles me gravaram ilicitamente, esse é o mesmo que me gravaram na operação solidária e na operação do DETRAN. É o que eu uso, está em meu nome, está registrado. E o 9123-4812, também são meus telefones. Com o tempo a gente aprende quando um clonado está... E a gente também buscou informação com técnicos, a gente também aprendeu, apanhou e aprendeu. Alguns dizem que apanham e ficam em depressão, caem e tudo. Eu não tive depressão, não me sinto caído, estou de pé. A única vez que eu caí, foi quando eu tive que fazer a operação, que foi a minha ponte de safena e a mamária. Eu estava numa Aldiência e aconteceu. E isso ocorreu por conseqüência de toda a agressividade, talvez nesses dez anos, que eu venho tendo. Não começou agora no DETRAN, nem começou na solidária, ele começou lá em 2002, todo esse trabalho de denúncias e coisas. Então, doutora, tem aqui o resumo da decisão do juiz, eu acho que esse é da fase do... Transitou em julgado, teve o recurso deles, foi entregue a mim os CDs, o sindicato foi condenado, inclusive, a pagar o dano moral. O valor eu não quis receber, mandei doar, porque eu não buscava isso, nem foi pedido e foi concedido. Então, dentro do processo foi falado e concedido. Então, eu recebi de volta todos os CDs que eles tinham, eles tinham feito mais de mil cópias, onde eles juntavam trechos do tipo: Um senhor foi lá atender na minha casa, meu amigo, e eu disse no telefone: "Negão, desce do poste, tu não sabe trabalhar." Isso eles usaram muito, inclusive na Assembleia, fizeram uma comissão lá, que era racismo. A própria pessoa, se tivesse que ir lá, ia dizer, nós somos amigos há muitos anos, e na realidade, chamar o negro, ele é negro, então, não estava chamando de racismo nem pejorativo. Essas foram as coisas que eles começaram, em 2003, a armar, porque existia na cabeça deles, na minha nunca, que eu seria o candidato. E eu não, eu nunca tive aspirações políticas nenhuma. Na minha conduta política, eu sempre tive o gosto pelos bastidores e pelo marketing. Tanto que o prefeito disputava, em 2003, de uma popularidade, e de uma intenção de voto de 89%. Ele era o prefeito eleito, já em 2003, eles faziam uma campanha acirrada para tentar desmoralizar a administração. Nessa fase, já o PT fazia parte desta montagem, desse desejo de ganhar as eleições. Nós havíamos ganhado as eleições em 2000 com uma diferença pequena, em torno de 1800 votos. E nesses quatro anos eles tiveram a intenção de que eles poderiam nos derrubar; mas não no aspecto legal, mas naquilo que eles são profissionais, naquilo que sabem, jogar o jogo sujo. E tentaram fazer CPI, tentaram fazer tudo. O prefeito tinha, tem por mim até hoje, porque é meu amigo, confiança e me manteve lá. Tentaram me

tirar, tentaram fazer. Eu também tentei "incompreensível" da vontade de sair, e ele acreditava que eu era o elo dele com a política em Canoas. Não era administração como dizem, eu sempre fui o grande elo político da cidade. Tanto que hoje, mesmo afastado, vários me procuram. Então, veio as eleições, foi provado que eu não ia ser candidato, mas não aliviaram. Veio as eleições de 2004 e o prefeito Ronchetti se elegeu, por coisas da vida, com 70.13. Então, marcou muito eles, e nós passamos esses quatro anos seguinte aproveitando esse percentual para mostrar que o prefeito era abençoado e por isso até o número 13. Então, doutora, ele eleito, continuava essas coisas do CD. Isso aqui, inclusive, perdurou, todo esse processo, até 2009, se não me engano. Em março de 2009, eu já fora da prefeitura, ele se concluiu e se recebeu esse material. Doutora, também nesse período aí, de 2002, 2003, a cada mês ou a cada período, alguém montava uma sacanagem política, que eu entendo assim, uma maldade. Então, lá em 2002, 2003, montaram um cheque. E na época, fizeram a montagem do cheque de R$100000,00. Está aqui, eu vou lhe dar a cópia, que ela está no Ministério Público Estadual e Federal, um xérox, porque o cheque nunca apareceu. Eu sempre fiquei pensando, a mente doentia, porque isso aqui não é mente sã nem mente inteligente, isso é uma mente doentia. Quem fez isso, assim como quem corrompeu o policial, em 2003, para que ele inserisse o meu telefone nesta operação que eu narrei, que é a operação roubos de cargas de fim de ano. Foi um policial corrupto que inseriu o meu nome, como se bandido fosse. E eu tenho o CD original, não é... Nós conseguimos, como conseguimos? Não era o caso, não é o caso até hoje. Porque a polícia não entende até hoje, como foi inserido o nome, e como desapareceu o CD. Da mesma forma que foi... Nós temos ele, então, é impressionante que os ladrões, os bandidos da operação, tinham 392 escutas, doutora; e eu tinha 2965 ligações. Num período de quinze dias, para a senhora ver como eu usava bastante o telefone, não que diminuiu muito, continuo usando. Mas existiam 2965 ligações, e os bandidos tinham 392 interceptações. Então, já naquela época, doutora, não acharam nada. Existia esse tipo de coisa, de alguma brincadeira, alguma palhaçada, e que eles aproveitaram e fizeram emenda, esse sindicato, junto com o dono de um jornal lá, o Timoneiro, junto com um empresário criminoso que tem lá, do ramo de combustível, que já foi condenado, mas lidera lá em Canoas. Hoje vive de negócios com o PT, e isso o Ministério Público lá de Canoas, nem o Estadual nem o Federal percebem isso. Isso é o que a gente lastima. Um pouco triste não ver o doutor Aldi aqui, o doutor Aldi nunca conversou comigo. Eu tenho escritório no mesmo prédio que o Ministério Público tinha em Canoas, eu tenho no nono e eles têm no segundo, o doutor Aldi me via entrando e saindo por mais de cinco anos, não sei desde quando ele está em Canoas. Eu acredito até que ele acompanhou esse CD ilícito, eu tenho para mim que ele já estava em Canoas, não me recordo. Eu fui saber que o doutor Aldi existia em Canoas em 2007, quando começou a operação Rodin, eu vou chegar lá depois, vou dizer por que eu sei. Mas voltando ao cheque, doutora, está aqui, eu vou lhe dar. Eles fizeram um cheque de R$ 100000,00, de uma empresa, de um instituto, que teria dado nominal, doutora, a José Francisco de Oliveira Fraga. Eu sou Francisco José, então, já começa um grande equívoco. Esse cheque foi enviado para a procuradoria da República do Rio Grande do Sul, e para a procuradoria da República do Brasil. Foi entregue lá em Canoas, onde o doutor Aldi atua. Isso foi entregue em 2004, 2005, isso circulou, está nos processos. Daqui a pouco está até aqui dentro do DETRAN, doutora. Para a senhora ter conhecimento das armações... Doutora, eu vi aqui alguns depoimentos, e vi de muita gente muito triste, muito abatidos e realmente derrotados. Para mim, isso me inspirou a lutar muito mais, eu sempre fui assim, guerreiro, lutador. Porque realmente, a crueldade policial e a crueldade do Ministério Público é tão grande, doutora, que a esperança está na justiça. Então, realmente, todos que aqui estiveram, eu percebi, eles tem uma grande esperança que a justiça realmente olhe com os olhos bem abertos. Porque a montagem de todo o processo, a começar pelo que eu lhe disse aí, é muito grande. Há uma acusação de extorsão por uma suposta conversa, que nem a conversa teve. Não existiu nunca, nunca provaram, a Polícia Federal ficou de fazer a acareação, a Assembleia ficou de marcar a minha ida lá, só convocaram o seu Silvestre e o seu Peregrine, e eu nunca fui convocado. A Polícia Federal também, nunca me chamou lá, para me botar frente a frente. Até porque eu tenho convicção que não diriam nada, porque não me conheciam. Estão me conhecendo agora, depois de tudo isso aí. Mas no seguimento do raciocínio, doutora, após essas investidas de tentar denegrir meu nome, veio, antes do superfaturamento, veio essa denúncia, então, doutora,

começou essa denúncia, nos surpreendendo muito. Eu nunca fui intimado, citado, qualquer palavra que seja, pela Polícia Federal. A Polícia Federal me ligou no dia 31 de janeiro de 2008, o delegado Busato me ligou, para a secretaria da prefeitura, onde eu trabalhava, e a senhora vê que eu era um funcionário, ele teria que ter feito aquela documentação que eu acredito que ele tenha que fazer por ser funcionário. Ele não fez, ele me ligou e perguntou se eu podia ir até a delegacia da Polícia Federal e eu fui, doutora. E aqui está o meu primeiro depoimento, e tudo que eles perguntaram foi respondido; e tudo que a senhora, e quem quiser perguntar, vai ser respondido. Se não for bem igual é por que... Mas é a verdade. Isso foi dia 31 de janeiro. Depois disso, doutora, foi dia 07 de março de 2008, novamente o doutor Busato me ligou para a prefeitura e perguntou se eu podia ir lá, comparecer lá, ele tinha que tirar umas dúvidas comigo, em relação aquilo que nós tínhamos falado em 31 de janeiro. Logo, se passaram aí mais quase dois meses. Chegando lá, doutora, a primeira coisa que ele me disse: "Doutor Francisco, o senhor está indiciado..." E aqui ele narra: "Com incurso nas penas previstas nos artigos 321, parágrafo único e 288, caput; 312, caput; 317, caput..." Todos do código. E ele disse que eu podia até ficar calado, eu disse: "Não, mas doutor, eu tenho que lhe responder, quem sabe o senhor saia daqui..." "Não, eu recebi orientação, o senhor está indiciado, a minha orientação é lhe indiciar." Isto ele disse para mim, dentro da sala dele. Então, a senhora vê a forma que eu fui introduzido dentro do processo. As duas vezes fui espontaneamente, não tinha nada, nenhuma vez. Perguntaram se eu tinha relação com as pessoas, e as que eu tinha e conhecia, eu disse; e as que não tinha, eu disse também. E quando eu saí da sala, o delegado Schneider veio até mim e ao doutor Ricardo, e me entregou um CD com todos os depoimentos de todos os que lá estiveram prestando depoimentos, ele me entregou um CD com tudo. Quando a tal operação Rodin estaria em sigilo, para tomar conhecimento do depoimento dos outros. Porque quando eu saí, eu perguntei para ele: "Doutor, como o senhor vai me indiciar?" "Tenho uma orientação, e o senhor, lendo esses depoimentos, o senhor verá que tem motivo." Poucos dias depois, eu fui à Assembleia Legislativa, na CPI. Eu não sei se a senhora teve a oportunidade de assistir a todos os depoimentos da CPI, acredito que a senhora deva ter assistido a alguns, ou pelo menos, se todos tivessem assistido veria a diferença. Lá é um circo, é só para fazer... Nada da Rodin, para mim, praticamente, perguntaram. Foi pouca coisa, eles queriam era saber da minha casa, do não sei o que da patrola, está lá o depoimento. Mas quando começou a seção, o deputado, acho que Sossela ou Bongas, não me lembro hoje, perguntou se eu sabia de uma reunião que tinha tido... Até então, doutora, não tem essa pergunta lá na polícia. E ele perguntou se eu sabia de uma reunião que teve na Assembleia, que eu teria participado de uma reunião, e que o réu Silvestre teria falado. Eu disse: "Olha, eu não conheço o seu Silvestre, não estive na Assembleia, não tive reunião. Mas eu tenho aqui os depoimentos, eu tenho um CD com todos os depoimentos deles, eu vou abrir, vou olhar." E eles quase se avançaram em mim, os deputados. "Mas como que o senhor tem, se está em sigilo?" E suspenderam a sessão, e ligaram para o delegado superintendente, que eu me esqueço muito o nome dele, porque eu acho que o nome dele não é bom, é um nome muito cruel. Mas ligaram e ele disse que não, que não tinha dado. E já dava um deputado querendo até dar voz de prisão, que eu estava mentindo. E o deputado Sossela resolveu ligar para o delegado Schneider. Ele ligou e o Schneider confirmou para ele que havia dado ao advogado. Mas se tivesse dado ao advogado ou para mim, não faz diferença. O réu sou eu, amanhã ele pode não ser o meu advogado, ele tenha que me devolver, isso eu disse para eles. E eles falaram com o delegado Busato e o delegado Schneider, e ficou esclarecido que realmente tinha vindo de lá. Aquilo me surpreendeu, meio que me desintonizou, porque eu fiquei pensando, eles me deram o CD, mais uma vez um pega ratão, para mim olhar o CD e começar a ligar para alguém, para discutir, e ver. Eles continuavam na escuta do pessoal da Rodin, que a senhora tem o processo, tem tudo aí, a senhora já deve ter analisado várias vezes. Não tem um diálogo meu com nenhum deles, doutora. Cada vez eu fico mais abismado, não tem um diálogo meu, com nenhum membro do DETRAN, mas nenhum. Nem o presidente, nem ninguém. Tem diálogo com o Maciel, que eu nem sei se está no processo, mas uma vez falaram que eu teria pedido. Eu tinha uma relação muito grande com o Maciel, política, a minha origem é do PDS. Quando eu comecei, quando eu resolvi ser militante partidário, eu filiei-me ao PDS. Então, conhecer o Flavio Vaz Neto, são pessoas que são extremamente atuantes no partido; o Ubiratan, eu conheci o Ubiratan, ele foi presidente da juventude, e conheci o Maciel. E na

política, quem não conhecia esse Maciel, não conhecia, então, o estado. Mas eu tinha conversa com o Maciel relativo à CEEE, inclusive, as conversas que tem são sobre a CEEE, eu falava com ele os municípios que eram servidos pela CEEE, algumas pessoas me pediam a interferência de algum problema, alguma coisa. Ele era o diretor administrativo; e ele era conselheiro do Grêmio, e os conselheiros tem uma quota que eles distribuem de ingressos. Então, eu pedia para ele, quando ele não podia dá-los gratuitamente, ele me dizia: "Eu vou comprá-los para ti, tu me depositas." Eu tenho alguns depósitos em casa. Eu depositava o valor para o Grêmio, que ele só fazia a retirada, e eu fazia o depósito, e não precisava ir lá na fila, os meus filhos gostam de futebol, iam lá. Então, as duas coisas que eu tinha com ele. Além disso, eu me trato há muitos anos, doutora, no Mãe de Deus Center; mas eu não me trato lá com dinheiro próprio, porque realmente ele é caro. Eu sou dependente do IPE, e o IPE tem convênio lá, assim como o Maciel também tinha. Então, nós nos encontrávamos lá, eu tenho uma doença degenerativa em que eu estou em tratamento lá. A minha pneumologista só atende lá ou na PUC. E lá tem os melhores laboratórios, as melhores condições, eu optei por lá. E um dia, inclusive, tem uma conversa que não está nessa do DETRAN, está na solidária, eu teria me encontrado a noite lá, com o Maciel, eu já fui fazer exames no Mãe de Deus dez, onze horas da noite. Nós nos encontramos lá, eu fui fazer exame e ele também. Eu sou, talvez pouca gente saiba, e hoje alguns que estão aqui vão saber, eu sabia que o Maciel tinha a doença antes da família dele. Eu fui o primeiro, acredito que tenha sido a primeira pessoa a vê-lo narrar a doença e chorar para mim, dizendo que ele tinha. Eu disse: "Tu estás de gozação." Ele era muito gozador mesmo, eu disse: "Não faz isso que pega." Ele disse: "Não, eu fiz um exame preliminar, e constatou, não tem a localização..." Então, naquele dia que nós estávamos lá, ele estava, inclusive, com um envelope pardo que é pequeninho, não dava para ter, nem dinheiro para ele e nem dinheiro para mim. Porque lá no processo da solidária eles diziam que nós estávamos passando valores. Não é mais do que isso, as câmeras do Mãe de Deus mostraram e eles buscaram essas imagens. Mas no processo está como se nós estivéssemos fazendo negócios. Então, está lá os exames dele, está os meus, a polícia não teve o trabalho de ir lá, para averiguar. Ela pediu as imagens e deduziu que era. Por que nós estávamos no corredor, conversando? Se nós tivéssemos que trocar envelope com dinheiro, nós teríamos feito em vários ângulos do hospital que não tem câmera. Porque passa e se sabe que estão nos corredores, não é em todo o local que tem. E nós estávamos caminhando num corredor normal para pegar o elevador. Então, essas injustiças e essas crueldades que eu disse para a senhora, mais uma vez demonstra que realmente, a polícia... Eu faço uma análise assim, pelo meu conhecimento, que a polícia induziu o Ministério Público ao erro. Um pouco o Ministério Público não foi induzido, um pouco existe, o doutor Aldi, o termo certo eu não sei, eu acho que ele me considera um grande desafeto dele, porque se ele puder, ele faz qualquer coisa para me atingir. Por isso que eu gostaria que ele estivesse aqui, para dizer para ele isso, eu nunca tive a oportunidade de dizer. Quinta eu ainda ia perguntar para ele se ele estaria aqui hoje, mas... Eu lastimo que ele não esteja, porque eu acho injusto eu estar falando e ele não poder se defender, o que ele fez comigo mais de três anos, ele me acusou e não deixou eu me defender. Mas eu tenho que dizer, de repente os colegas levam para ele, e pode ser que ele tenha um pouco mais de consciência humana. Então, ele tem essa vontade, o espírito, eu acredito, de me inserir nos processos, desde 2007. Em 2007, doutora, antes de ter essas operações, teve uma denúncia que gerou um inquérito policial, e que ninguém sabe onde está e como terminou. Houve uma denúncia na Caixa Econômica Federal contra mim, que eu não sei do que é, mas tem, fazendo pesquisa, acusa um inquérito policial feito pela Polícia Federal, e na Caixa Econômica Federal. Eu não sei do que, porque eu nunca tive nada, não participei, não fiz nada. A não ser que eu sempre trabalhei muito buscando recursos para a cidade de Canoas junto aos ministérios, e em meus oito anos que lá estive, eu devo de ter ajudado a cidade a receber, mesmo no governo do Lula, acredito que mais de cinqüenta milhões que nós recebemos a fundo perdido, fora aqueles normais, de leis. Então, ia muito a Brasília, passava quase toda a semana dois dias em Brasília, em razão de buscar recurso. Então, deve ser algum recurso que foi buscado e interpretado. Mas concluíram que não era nada, porque não avançou. Quando veio a operação Rodin, eu não tenho a informação, mas deduzo pelo que eu li, pelo que eu acompanhei. Por isso que eu queria tirar minhas dúvidas hoje, com o doutor Aldi. Me parece que o doutor Aldi entra no processo ali já,

já na fase da polícia, alguma coisa. Ele não está no início, percebe-se que parece que ele entrou para o processo quando ele conseguiu me botar para dentro. Seria esse o termo mais correto. Então, ele já tentou ali, me puxar para dentro. E mais tarde, no decorrer, se eu não perder o raciocínio... Mas não é por nada dessas agressões que me fizeram que eu vou perder o raciocínio, realmente vai cansando. Mas o doutor Aldi, me parece que ele entra para a operação Rodin a partir daí, porque ele começa a dar entrevista, ele começa a falar, e depois eu vou lhe narrar comentários que ele fazia em Canoas, nos botecos lá, e que as pessoas me falavam. Então, por isso que eu deduzo, eu queria que ele estivesse aqui para ele saber quem eram as pessoas que falavam dele em Canoas. Não falavam dele, falavam nele, sobre os processos. Bom, ele não conseguiu ali, acho que me inserir como ele gostaria, montaram (aí vem a operação solidária). E eles montaram uma denúncia anônima... Para começar, eles fizeram uma reportagem fraudulenta, que aqui também tem o depoimento do jornalista Grizotti. E junto do Grizotti, com esse presidente do sindicato, foram numa escola e botaram uma maçã podre, para dizer que a merenda era ruim e isso é motivo de inquérito lá em Canoas até hoje. Isso foi falado para o doutor Aldi pela assessoria da procuradoria, foi lá e falou para ele, em certo momento, que existia tudo isso. Mas a denúncia anônima montada contra a administração, ela não é específica contra mim, mas em todas elas, uma hora tem o Joãozinho, o Chico e o Pedro; uma hora tem o Chico, o Paulo e o José. Os outros membros desaparecem e eu sou mantido sempre nas denúncias, não denúncias jurídicas, denúncias caluniosas. Mas um funcionário da Polícia Federal, um agente, ele resumiu, assim: Uma denúncia anônima é criada pela própria Polícia Federal, "incompreensível" relatório do agente federal, que explica como ensinou e formulou a remessa do e-mail anônimo para a própria polícia. Esse policial ensinou o delator como ele fazer. A prova se encontra no relatório apenso, no volume 1, no originário 18, anexo 2, informação número 2, com data de 7 de novembro de 2007. Em que o agente federal Paulo Roberto Nunes, me parece que ele até é aqui de Santa Maria, doutora. Declara que ensinou o informante anônimo a criar um e-mail fictício e o orientou como proceder, e que escrevesse as acusações anônimas. Então, isso está no processo, está no processo lá da solidária. "Incompreensível"... E em outra investida, além disso aí, para que fortalecesse o pedido do doutor Aldi muito antes de ele fazer a investigação, pedir a investigação da Polícia Federal, o Grizotti andou nas prefeituras e lá montaram uma. Que uma pessoa teria dito, e nunca apareceu a gravação, doutora. Que o Medina, o senhor Medina teria visitado uma prefeitura em Alvorada; e junto com ele, os outros rapazes que foram, os outros aparecem os diálogos, apareceu na TV e tudo. E esse diálogo, não tem essa gravação. Então, ele vai, lá em Canoas, junto com o presidente do sindicato, antes dessa de Alvorada, ele vai na escola, entra antes do presidente do sindicato e põe uma sacola, "incompreensível" saco de linhagem com maçã, e teria as maçãs podres. A diretora foi na polícia e registrou, mas eles filmaram, produziram e foi para a TV, passou lá na TV. E numa audiência da Justiça Federal da quarta região, o doutor Ricardo fez a pergunta para ele, que é o meu defensor, perguntou para ele se ele sabia dos atos, e aqui tem o relato dele, eu vou ler algumas partes. Ele afirma que não recorda a data que foi feita a gravação da simulação de oferta da SP Alimentação, em Sapucaia. Ele afirma que participou de trinta reportagens, mas ele não sabe a data de nenhuma. "Incompreensível", ele faz uma referência de que a merenda, isso é importante, doutora, porque eu quero trazer para ver por que eu fui botado neste processo da Rodin. Ele relata que em todos os colégios que ele foi ver a merenda, ele diz aqui: "Relatando a má qualidade das merendas nas escolas." Quer dizer, tinha em Gravataí, tinha em Sapucaia, aí no interior tinha mais. Veja como ele mesmo disse que era ruim a qualidade, em todas as escolas. A única cidade atingida na operação solidária é Canoas. Sapucaia não foi. Gravataí não foi. Não acredito que só Canoas tinha essa... E aqui, ele mesmo diz que a reunião em Alvorada, houve a participação do presidente do Sindicato dos Municipários de Canoas. A senhora vê que ele foi lá em Alvorada para participar da tal reunião que o Medina teria dito que tinha dado um milhão para o prefeito em Canoas. E o Medina foi interpelado judicialmente, foi ouvido lá em São Paulo, que ele era de lá, e mandou a resposta dizendo que ele nunca havia falado e que não conhecia o prefeito Ronchetti. Realmente, esse cidadão nunca esteve em Canoas, ele não sabia nem nada. E esse senhor, o Grizotti, procurou o doutor Aldi em Canoas, porque ele queria saber se ele sabia das irregularidades em Canoas, foi procurar o doutor Aldi. Ele tinha muito contato, ele mesmo diz aqui, que ele tinha muito contato

com o doutor Aldi, pessoais e telefônicos, sempre com o telefone da empresa dele. Também foi perguntado para ele da história da mala, esse é um processo contra a Zero Hora, que estamos executando ela. E ele diz que não recorda e nunca ficou sabendo dessa mala. Ele afirma que as escutas da operação solidária estavam concentradas em um único CD, não havendo como misturá-las em outras. Mas que periodicamente eles tinham acesso às escutas. Eu estava sendo investigado, nem sabia que estava sendo ouvido, mas ele tinha conhecimento, tinha conhecimento de pedaços. Ele também foi perguntado sobre o faturamento, se era superfaturado, ele afirma que não, que ele não tem conhecimento, mas que veio de fontes do depoente, e que teria recebido a informação que tinha a minha participação direta. Mas ele não sabe de onde, ele disse que tinha... E no final, ele alega que eram escutas, informações sigilosas. Aqui, depois, isso está no processo, ele foi ouvido no processo da lavagem. Eu vou passar para a doutora, se quiser anexar. E doutora, nós aqui, também queremos, nós entendemos que estamos num processo por uma vontade gratuita do procurador, mas temos que nos defender. Lá na operação solidária, sempre foi gritante a forma como chegava na imprensa, pelo próprio doutor Aldi, de que nós tínhamos superfaturado, que havia um prejuízo de mais de cinco milhões, seis milhões. Nós pedimos uma perícia naquele processo, doutora, e já agradecemos muito ao doutor Pinho, que por várias vezes também, a gente teve dissabores algumas vezes, que não contemplou a nossa vontade, o nosso desejo de que tivesse um procedimento. Mas este aqui, para mim, é o mais relevante de todos, em toda a participação do doutor Pinho. Se ele podia fazer o seguimento do processo, porque ele havia participado da investigação, então, foi levantada a suspeição e ele continuou o processo, então, isso parece que indignou alguns. Eu não, o que me deixou muito digno da figura dele foi ele ter concedido a perícia. Ele nomeou um perito, um perito judicial. A perícia judicial demonstrou que o preço da merenda não foi superfaturado, diz o laudo pericial, pela resposta específica no quesito número 8, das folhas 5121, tem no processo, depois vou recolher e lhe dar, do volume 21. O seguinte. Os preços cobrados pela SP Alimentos eram compatíveis com valores de mercado, à época do faturamento, comparando com as compras efetuadas pela prefeitura. No apenso 1, volume 8. Então, aqui tem as respostas, que não ocorreu superfaturamento, porque nesse quesito que eu li, que é o quesito nono que encontramos, os preços cobrados e praticados pela prefeitura com eles, era menor do que o valor que anteriormente a prefeitura praticava. Antes deles, a prefeitura fazia a compra dos "incompreensível". E tinha a mão de obra, que me parece que eu vi aqui também, é a mesma situação do DETRAN. O DETRAN, parece que manda para cá um valor, ou eles apuraram o valor que era praticado, mas a mão de obra do servidor eles não incluem. Então, na época, quem fez o apontamento, não olhou que tinham as funcionárias que a prefeitura pagava, não olhou o armazenamento da mercadoria, que era um depósito alugado. Isso tudo teria que estar dentro do custo da merenda e esse perito olhou. Junto, ele apurou que o contrato do ano de 2008 foi deixado de ser pago pela prefeitura, e até hoje não está pago. Nessa época aqui, eram 4417846,64. Isso apurado pelo perito, não por nós. A prefeitura não havia pago esse valor, eles tinham direito a receber. Hoje, passa de seis milhões, porque teve mais parcelas que não foram pagas após essa aqui. Então, ele coloca aqui que não houve prejuízo, que não houve superfaturamento, então, não houve nada, no conhecimento dele. Então, doutora, são dados que se olhados, não ficaria só na denúncia das pessoas que o doutor Aldi acabou ouvindo em 2007, quando ele pediu a suspensão da merenda escolar pela empresa. Ele fez o pedido, o doutor Pinho foi quem concedeu a suspensão. E eu também, venho de novo, dizer que nem aquele CD, se realmente a intenção dele era suspender, eu tenho para mim que é mais um pega ratão, para ver o que era e como era. Porque num período de um mês, talvez, a prefeitura trabalhou bastante, e não precisava ter pedido a suspensão. Ele podia ter apurado, como apurado em um mês, foi restituído a merenda. Se tinha um superfaturamento, ele não podia ter liberado de novo. Nós entramos com pedidos, eu não tenho conhecimento porque não fazia parte nem da secretaria de educação, nem da procuradoria. Mas tinha contato com o procurador e o secretário, eu sei que eles foram lá, tentaram com o doutor Aldi para que continuasse, que era prejuízo, era fim de ano, era fim de 2007, era prejuízo. Logo iniciaria as aulas. E que concedesse a continuidade, e ele disse que não aceitava, que não faria nada. Foi proposto para ele me ouvir, ele não quis me ouvir, por isso que o doutor estivesse aqui, queria ver se ele vai dizer que não, que não... Então, ele não quis me ouvir, ele foi procurado pelo procurador do município, pelo

secretário de educação e pelo secretário de gestão, que é o que fazia as licitações. Eles foram dar explicação espontânea, ele não pediu para eles irem lá, eles foram, ficaram mais de horas com ele. No final, ele me citou muitas vezes lá, fez alusões ao meu nome cruéis, sem nunca ter falado comigo, nem saber de onde eu venho, quem eu sou, se eu tenho família ou não tenho. Mas ele não quis me ouvir, disse que não me ouviria, que já tinha tomado a decisão. E eles fizeram um trabalho, o escritório Campos e Fernando Ernesto Correia assumiram a advocacia da SP Alimentos. Então, tem vários diálogos meus com o Fernando Ernesto Correia, que não aparece nenhum, não aparece nada... Isso está no processo, não aparece nenhuma referência. Mas eles me acusam de defender a SP, mas tinham que dizer como, porque eu não tinha contato. Contato eu tinha com o Fernando Ernesto e com o Campos, onde eles buscavam informação na prefeitura e eu tinha a obrigação e o dever, não era fazer carinho em ninguém. Porque eu entendia que a administração estava certa, a merenda vinha sendo praticada há quatro anos, e nunca teve problema nenhum; em nenhum município, só em Canoas estava tendo. Então, me vincularam à empresa a partir daí, de que eu teria feito a defesa da empresa. Eu não fiz nenhuma defesa, no telefone eles me perguntavam e eu respondia. Nesta época eu já sabíamos que nós estávamos sob escuta, porque era muito falado em Canoas e eu venho então, onde eu queria lhe dizer, por que eu entendo que ele tem algo contra mim.Ele ouviu uma senhora que se chama Alda Oliveira, é uma funcionária da prefeitura. Ela mesmo, nas audiências que ela teve já, no Ministério Público Estadual, Federal, na polícia, em qualquer lugar, ela diz: "Eu sou a Alda Oliveira, mais conhecida como Alda Louca." E ela faz horrores, ela até nua já andou em Canoas. Duvidaram, ela tirou a roupa e caminhou. É sabido em Canoas, é só perguntar, eu não estou contando história. Mas ele acreditou, ela foi lá e disse que eu era isso, que eu era aquilo, que tinha, que a merenda era ruim, que não sei o que. Essa é a primeira testemunha que ele ouviu. E também, não vi nenhum dia, dentro do processo, ele ter buscado a ficha pregressa dela, procurado saber, pedir na prefeitura a ficha funcional. Me olha se ele pediu, mas ela é louca, engana qualquer um. E ele ouviu o Carlos Eron, que foi um diretor que trabalhou comigo: ele foi lá, me parece que é o único que não tem problema de ficha, se procurar, parece que não, mas também nunca fui ver. Mas os comentários cidade assim, nós somos uma cidade grande, nós somos pior que Santa Maria, eu acho. O centro é um centro de fofoca, a gente sabe tudo da vida dos outros. Então, ele veio e prestou depoimento, onde ele diz que eu tinha a interferência no governo, que eu participava de tudo, que eu era... Ele disse a verdade, realmente, eu era secretário de governo. Secretário de governo, nas prefeituras, é o secretário da Casa Civil, era quando a Dilma era, era o Palocci, era o José Dirceu. Qualquer coisa que queriam, até faziam comparação comigo e com a Dilma. A diferença é que o ato administrativo é só o prefeito que toma a decisão, o político até podia, eu, dizer, fazer e negociar. E esse cidadão disse isso, é o único que diz a verdade, os outros dizem que eu fazia horrores lá dentro. E ele chama o ex-secretário de fazenda, Paulo Espor. Meu conhecido, gosto dele até hoje, porque se o doutor Aldi tivesse interpretado o depoimento dele, seria similar ao do Eron. Mas já que ele interpretou erroneamente, achando que o que ele quis dizer é que realmente eu que tomava as decisões, ele devia ter buscado a informação. Esse senhor teve um processo de estelionato, me parece que foi condenado, e não é uma coisinha pequena, é grande. Eu estou lhe narrando porque assim, isso, eu já estou com 55 ou 56 anos, eu não tenho nada. Eu sou de formação em direito, advoguei, advogo, mas não no crime, então, eu nunca fui numa delegacia, nem levar nem buscar cliente. Nas delegacias de Canoas eu fui muito, eu fui para ajudar lá, a fazer alguma coisa, inaugurar alguma coisa, mas eu nunca fui ouvido, eu nunca sentei para ser ouvido. Eu já tinha 57, 58 anos. Esse cidadão devia ter a mesma minha idade, mas ele já tinha um problema, ele que fosse olhar qual o tamanho da palavra dele. E por último, e o mais importante de todos, é o senhor Feris Wicket, que é sobrinho do senhor Jorge Wicket, que é o jornalista que tem o Timoneiro em Canoas, que fez horrores nos anos todos que eu estive lá. Ele criou uma história fantasiosa, sempre me envolvendo em fraudes e tudo que tinha de... Até hoje ele continua dizendo que eu estou lá na prefeitura, que eu sou o arquiteto do mal lá dentro. Então, até hoje, eu estou fora há três anos, ano que vem tem eleições, de repente ele vai me eleger até. E esse cidadão, então, o Feris Wicket, meu amigo de 25 anos, mais ou menos, tivemos um escritório juntos, na eleição do Ronchetti nós estivemos juntos. E após a eleição, o Ronchetti eleito, ele e o outro vereador faziam de tudo para mim não entrar, porque eu tinha feito o marketing do Ronchetti, eles sabiam

41595

da minha capacidade política. E eles queriam ser donos da situação e não seriam nunca. Eu, mesmo de fora, ajudaria muito o Ronchetti, que esse é amigo. Cuidou do meu pai até o dia que morreu, uma pessoa humana demais. E amigo, amigo é aquele que no ruim e no bom está junto; e ele esteve comigo, no ruim e no bom. E o doutor Felo começou a visitar o doutor Aldi. Eu, em 2006, três vezes tentaram sequestrar o meu filho, ele tinha uma lan house e eles iam lá e tentavam. O meu filho, um pouco mais esperto, mas não muito, um guri de 22, 21 anos. A vantagem que ele tinha um carro rápido, que era um Golf, então, quando eles chegavam, ele fugia. Resolvemos trocar de carro, demos para ele um Palio, que era da minha filha, e a filha passou a andar no Golf. Eles continuaram tentando pegar o meu guri, não pegaram. Quando o meu filho devolve o carro Palio para a minha filha, eles pegaram a minha esposa e a minha filha, no centro de Canoas, e botaram dentro do carro e foram lá para a minha casa. Um dia daqueles, as famosas histórias, eu não sei por que eu estava em casa, era 7h, eu nunca ia. Eu estou em casa, só de cueca, e não demora vejo um briguedo na rua, eram dois homens com metralhadoras botando a minha filha e a minha mulher para dentro de casa. E na parte de cima da minha casa estava o meu filho. O terceiro elemento, quando entrou, queria saber onde estava o meu filho; e nós tentamos negar, ele viu ele lá em cima, subiu e surrou ele. Surrou muito ele, porque ele teria fugido deles três vezes, e que ele não aceitava. Reviraram a casa toda. Nesta fase, a senhora deve estar se perguntando, mas por que foram lá? Nesta fase, em 2006, os jornais de Canoas, os maldosos jornais, os fofoqueiros, diziam que eu guardava em casa uma fábula de dinheiro, que eu teria em casa um milhão, que eu teria dinheiro. Então, eles foram porque eles acharam que tinha, saíram sem nada, e nos ocasionaram um horror. A minha mulher e a minha filha não entram na casa, esta que é em Canoas, até hoje. Eu estou lhe falando isso porque eu fui me esconder em Porto Alegre, onde eu fui morar lá na Quintino. Ninguém sabia, doutora, nem a minha mãe nem minha sogra, meus irmãos. Eu estou lhe dando o mais próximo, mãe. Nós não levávamos lá, ninguém. As minhas filhas tinham que dormir na casa de uma amiga ou de outra para ir na festa com as outras amigas. Nós não podíamos levar ninguém lá em casa, ficamos escondidos, de 2006, a senhora vê quanto tempo, até 2008. Quando um dia eu estou a Canoas, e o Felo Wicket vai e diz para o prefeito Ronchetti: "Ronchetti, tu mora na vila aí, o Chico mora lá na Quintino Bocaiuva, numa mansão lá, num apartamento de rico, e tu passando mal aí." E o Ronchetti me chamou e disse: "Tu não estás morando em Canoas?" Eu disse: "Não, estou..." "Não, não. Tu estás morando em tal rua..." "Espera aí um pouquinho, como tu sabes?" "O Felo veio me dizer." O que é isso, doutora? Nessas conversas que eram ouvidas, o doutor Aldi fez o comentário com o Felo Wicket. E ele é um senhor desregrado, como homem. Não vou dizer o que ele é, mas tem homem e o resto é desregrado. Eu não tenho aversão por homossexual, lésbicas, essas coisas. Eu não tenho nada, tive colegas, e respeito isso. Mas ele é uma pessoa desregrada, porque ele é escondido, ele é aquele tipo macho, mas ele é um homem desregrado, alcoólatra, e viciado. Se o doutor Aldi tivesse procurado a vida pregressa desse moço, ele, quando jovem, matou uma namorada. Para mim ele matou, porque ele se acidentou num carrinho dele, um Chevette, e essa moça veio a morrer. Então, ele já tinha um problema de passado, de loucuras e coisas. Tudo que o doutor Aldi falava para ele, ele, a noite, ia para os botecos e narrava. Ele se encontrava com o doutor Aldi, e narrava. Depois, quando começou a ter essas coisas que o doutor Aldi comentava com ele, e o doutor Aldi tinha que estar aqui para ouvir, porque depois vai dizer que eu falei sem ele estar aqui. Mas ele, se quiser, eu falo de novo. Ele tem que pegar o Felo e perguntar se o Felo falava ou não, se eu estou falando é porque é. Depois disso, em março, uma jornalista da Zero Hora me ligou, da Rosane Oliveira, e perguntando se eu morava no apartamento, que não é rico, é um apartamento comum, um edifício de quatro andares, já começa a dizer que não é. Mas tinha morado lá a Fernanda Lima, quando pequeninha ela morou lá, talvez, quando ela morou há 28 anos, 30 anos atrás, disserto era top de lá, porque ela estudava ali no IPA. E essa jornalista, a Aline, se não me engano, perguntou se eu morava no apartamento dos Lima, que tinha sido. Eu nem sabia, até eu fui ver, para a senhora ver que eu estou lhe narrando, pena que eu posso estar criando a história, mas não... E eu fui ver, realmente, fui perguntar para a síndica, que ela é uma das que começaram. Eles tinham construído em sociedade, o Lima, a dona Bete, o seu Tomazi, um chinês lá. Eles se juntaram e construíram o prédio. Realmente. E essa jornalista perguntou, eu disse: "Não, não moro." "Não, eu tive informação de um desafeto seu, ele me ligou e disse que

você mora aí." No outro dia, doutora, vou recortar todas essas matérias que saiu na Zero Hora para que o doutor junte, eu tenho guardado. No outro dia saiu na Zero Hora: Chico Fraga mora na Quintino Bocaiúva... Número, apartamento e tudo, doutora. Se o doutor Aldi provar que não foi ele, vai ser, então, o delegado que fazia isso, e era amigo do Felo também, porque quem ligou para lá foi o Felo. E em outra oportunidade, o doutor Felo se encontrou no bar de noite, inclusive, apanhou bastante. Porque a gente ainda tem algumas pessoas que acreditam na gente. Ele chegou num bar, começou a beber e começou a falar mal, e disse que eu seria preso nos próximos dias, que ele tinha a informação do doutor Aldi. Assim ele falava nos bares, ele falava com o doutor Aldi, segundo ele, em algum bar, algum boteco lá por perto da coisa lá, conversavam e ele saía dali e ia para a noite, e contava essas coisas. E isso nós já damos com as gravações, doutora, eu já estou lhe falando disso, já é, talvez, março ou abril, não tenho a cronologia... Mas os colegas começaram a ligar para mim e dizer: "Esse delegadinho aí de polícia, isso vai passar, não te preocupa. O doutor Aldi aí, o que tu quer, ele tem que dar explicação da casa dele, que é no Vivendos, que é uma casa de dois milhões." E eu não falava nada, doutora, não tinha que defender nem o que dizer. Mas está nas gravações isso, e eu não respondi. E as vezes "incompreensível" umas situações pejorativas sobre a pessoa do doutor Aldi, que eu não acredito no que eles falavam. Eu não acredito também nessa questão da casa dele, eu acredito que ele tenha comprado, tenha feito da forma dele, nunca duvidei. O "incompreensível" me dizia: "Chico, pega aí na prefeitura, tu pode, tranca a obra da casa dele, não deixa ele fazer." E eu não respondia, doutora, se eu ia fazer ou não. Tudo isso está nos autos. Então, essas coisas que eu digo que foi crescendo, e talvez a ira do doutor Aldi em me processar, em me prender e fazer alguma coisa. Eu agradeço muito a Deus, porque eu passei um terror, seis meses, todos os dias eu ia ser preso. De manhã, quando eu ia abrir a porta em casa, eu olhava para ver se não tinha ninguém me esperando. Sabedor que eu era que se fosse preso, eles arrombam tudo, quebram tudo e destroem tudo. A gente vê todos os dias aí, não é só pela Rodin. Mas tenho para mim que essas coisas devem ter ferido ele, como me feriu, o que eu fui acusado de não ter praticado. Então, quem não pratica tem, deve ter um sentimento muito maior ele do que eu, mas ele era influenciado só por esse cidadão. E esses comentários, que também estão na gravação, o doutor Felo saía das reuniões e continuava na noite e nas coisas, ele continuava dizendo para as pessoas que eu ia ser preso, porque eu estava difamando o doutor Aldi. E eu dizia para as pessoas que eu nunca tinha difamado o doutor Aldi, mas que tinha escutado coisas agressivas contra ele, que processasse quem estava fazendo isso. Essas pessoas eram colegas da prefeitura, até empresários ligaram, e diziam: "Esse jovem procurador, esse jovem delegado." A senhora vê que eles sabiam que o delegado era um jovem, que é o doutor... Por que eles sabiam? Porque o doutor Felo sabia da operação. E por que o doutor fazia esse comentário? A minha vontade hoje era me explicar. Eu fui chamado na Polícia Federal, depois de todo esse processo, agora, há pouco tempo: veio um delegado de Brasília, um delegado que é do combate não sei o que, da própria Polícia Federal. Ele veio aqui para saber como vazou a operação solidária. Eles tinham orientação do diretor da Polícia Federal, isso foi o ano passado, e eu acredito que já com o novo ministro e com o novo delegado chefe de polícia. Então, ele queria saber como vazou e eu contei para ele: "Doutor, eu sabia porque em Canoas não tinha quem não soubesse, todo mundo sabia que tinha uma operação andando." Ninguém sabia o tamanho, a proporção, o estrago que ia fazer, a maldade, a crueldade, essas coisas. Além desse aspecto, também sempre falaram que o doutor Aldi tinha uma ligação com o PT, até hoje eu não sei se é verdade. Mas diz que ele se reunia com a deputada Maria do Rosário. E lá em Canoas, também, como eu vinha lhe mostrando, desde 2003, 2004, havia um acirramento político. O PT, Canoas é uma cidade metalúrgica, sindicato forte em Canoas, o sindicato que deu origem ao Paulo Paim, ao Marco maia, eles são oriundos dali, Nelsinho metalúrgico, são oriundos dali. Cresceram ali, junto tem mais o... Teve um outro que foi ministro também, saiu dali. O que foi ministro da agricultura, no outro mandato do Lula. Então, eles sempre tiveram a sede de ter Canoas como o seu reduto. O que foi feito nessa operação? A operação, foi toda ela esquematizada, além de... Eu fiz um desabafo, a questão do doutor Aldi, eu queria que ele estivesse aqui, para depois, quem sabe, se eu sair daqui e ia pedir desculpa para ele, que eu interpretei mal as coisas que ele... Que nunca foi desse aspecto pessoal. E o outro aspecto é o aspecto político, e esse foi gravíssimo, porque eu estou aqui tentando chegar para me defender.

doutora. Porque se não, eu teria lhe trazido todas as reportagens da Zero Hora que eu tenho guardado. Eu sou o cara mais famoso da Zero Hora, eu só perco para o Paulo Sant'Anna, de tanto que eu saí na Zero Hora. Porque todos os dias era fomentada a Zero Hora e o Lasier, com uma reportagem nova. Mas todo o dia de manhã, eu podia me levantar que tinha: Chico Fraga interviu para o coronel Mendes ser o comandante da Brigada Militar; Chico Fraga interviu para que o Gelson Stocker, que é hoje desembargador, fosse desembargador, e o Felo este, é o secretário dele. Então, só para ter ideia, eu construí um desembargador e levei o meu inimigo para trabalhar com ele. É algo fictício na cabeça das pessoas. Mas todo o dia saía, saía que eu estava brigando com o Postal, porque não sei o que, mandei um corretor. Nunca a Zero Hora publicou alguma coisa no sentido: Chico Fraga tem nas contas R$ 100000,00. Eu nunca tive cem mil, então, não dá para dizer. Chico Fraga tem uma conta no exterior. Chico Fraga tem não sei o que... Com dados, dizer que eu tinha, mas mostrar, porque dizer que eu tinha eles disseram e não mostraram. Então, todos os dias ela publicava algo político, doutora, que eu me encontrei com a governadora, fizeram meia página, ela de dedo em "incompreensível" para mim, eu discutindo com ela um problema do Ministério Público Estadual, querendo ajudar ela politicamente. Quando ela quis nomear o desembargador, eu mostrei para ela que é melhor ter parceiros do que inimigos, para isso que os cargos são nomeados, não vai botar inimigo. Então, o meu comentário com ela foi um comentário de que um que ela estava pretenso a ser, ele era um inimigo dela. Ia ser um inimigo, tinha uma tendência. Então, essas coisas que eu falava com ela, no outro dia saía, doutora, no outro dia estava. Eu falava com a secretária dela, a Valna, no outro dia estava no jornal. E o que eu fiz foi, em abril ou maio de 2007, eu já não estava mais ajudando a governadora, eu já não estava mais lá, conversando com ela. Eu havia ajudado muito ela nas eleições, realmente ajudei, as pessoas que lá estiveram tem conhecimento de que eu tenho habilidade política, doutora. Mas não tenho a habilidade safada de fazer ato ilícito, todos os meus atos foram lícitos, e todos eles foram exitosos. Ninguém acreditava que ela ia se eleger, ela se elegeu e eu estava com ela; ninguém acreditava que o prefeito Ronchetti se elegia em 2000, todo mundo achava que o Lagranha ganhava, eu era amicíssimo, ele era padrinho do meu irmão, eu era amicíssimo do Lagranha, e resolvi apostar em uma mudança e nós ganhamos. Se a senhora me perguntar, e se eu fui alguma vez arrecadador, não. E a senhora pode perguntar para todos, empresários, eu nunca fui pedir um centavo para ninguém. Nunca pedi: "Ajuda lá..." Não. E me perguntam, mas o que tu fazia, então? Eu fazia o uso do meu conhecimento, da minha inteligência, da minha rapidez de: "Vamos fazer esse santinho, vamos fazer isso, vamos fazer aquilo, vamos lá, vamos visitar. Hoje tem que ficar assim na TV, não fica assim." Essas coisas que colavam, e essa é a gratidão que a Yeda tem comigo, acho que tem. Porque, como eu disse lá na CPI, ela, tecnicamente, não teve governador no estado, nem o Tarso vai fazer, não porque ele é do PT, não vai. Esse eu conheci ele há muitos anos, não vai fazer nada melhor do que ela; agora, vai dar um show de política, que é o melhor de todos. E ela não era política, então, tudo isso que vem desenvolvendo, esses processos todos aí, Rodin e outros, foram todos políticos...

Fim do áudio.

RÉU: E nesta fase, doutora, é que começou a ser com a finalidade de nos desmoralizar politicamente, que nós tirava a merendinha de criança, que nós, não sei o que e que eu era o cara da Yeda, isso saía no jornal, até nas eleições de 2010 saíram reportagem de que ela tinha um envolvimento comigo e tal. Em março de abril, maio de 2007, tem gravações em 2008, tem um monte de coisas... Nunca mais falei com a governadora, nunca mais falei com ela, por que eu vi que ela... E eu estava me incomodando. Eles achavam que eu era o Zé Dirceu. O José Dirceu tem a mala e eu tinha a inteligência, é uma diferença muito grande. Ele tem o poder pelo dinheiro e eu tinha o poder pela sabedoria, que sem modéstia eu reconheço, e então, doutora, veio este processo da Solidária. Não encontrando nada nisso aí, nada, nada, não houve... Não houve uma investida que caracterizasse, olha, doutora, eu ia para Brasília, ia sempre dois, três policiais federais, eu tenho mais de cem fotos de Policial Federal me acompanhando por que era modo visível, eu ficava no Hotel Mercure lá em Brasília e eles estavam sempre ali. Eu ligava para o laboratório lá que eu... Por me tratar, eu tinha que pegar remédio lá. Eu pegava numa farmácia de manipulação. Eu dizia "Estou indo aí e tal, assim, e assim...", e eu ia, e já sabedor que era, doutora, e um pouquinho de experiência naqueles anos de aeronáutica, aqueles anos de Polícia Federal, a Marinha, o Exército me deu uma experiência em que eu podia pelo menos visualizar e eles iam atrás em tudo. Eles iam em todo o lugar. Eu entrava numa relojoaria para comprar um óculos, eles entravam. Eles entravam com um celular assim, fazendo de conta que estavam num papo lá e eu fazia a mesma coisa com eles. Eu dizia desaforos e eles não... Eu acho que isso tudo também hoje orientados assim, por pessoas mais, vamos dizer assim, não mais sábia, mas não sei se é entre sábio e inteligente como dizia o chinês, fica quieto e observa, não fala, então, me disseram isso e hoje eu não faria o que eu fiz, por que talvez, isto também os incomodou e eles tentaram de tudo e não conseguiram, doutora. Passou o tempo e aí veio as acusações da lavagem de dinheiro. Doutora, quem lava dinheiro não declara no imposto de renda; o meu dinheiro está todo no imposto de renda. O meu dinheiro está todo no imposto de renda, tudo o que eu tenho. Tudo o que os meus filhos ganharam, tudo, tudo, tudo... Tudo o que os meus filhos ganharam na época e ganham hoje... Eu sou de uma família de 8 irmãos e disse para a senhora que eu comecei com 12 anos. Eu com 12 anos recebia o salário, no fim do mês e os meus irmãos nós chegava em casa e botava na caixinha e a minha mãe e o meu pai administravam. No fim de semana, sei lá, se eu ganhava 50 por mês, ela me dava 5. Eu ia no cinema, eu namorava, eu tinha o dinheirinho para isso. A mesma coisa eu fiz com os meus filhos. Os meus filhos até hoje eles tem conta e não depositam na deles, eles me dão o dinheiro, eles precisam e eu alcanço, eles vivem até hoje assim, doutora, isso é uma glória que muitos gostariam de ter, tem os meus filhos com 25, 26 e 29 anos. Se a senhora pedir para uma pessoa que viva no meu convívio, ela vai dizer que é assim. Eu compro carro deles, eu pago as taxas, eu abasteço, eu pago tudo para eles e eles me dão tudo e eles, quando precisam, eles quando precisam de dinheiro, eles "Eu vou viajar, quero fazer uma viagem. Quero ir para lá...", e eles tem. Se eu tivesse deixado, eles seriam iguais a todos aí que tem alguns bons e alguns ruins. Mas...

JUÍZA: Podemos fazer, doutor, um intervalo de dez minutos. Dando continuidade ao interrogatório de Francisco José De Oliveira Fraga. Pode continuar.

RÉU: Doutora, daí continuando, eu, dessa Operação resultou, no processo da lavagem de dinheiro, onde é alegado que o meu patrimônio seria maior do que o que eu ganhava como secretário, a denúncia é sobre isto, antes de eu ser secretário nessa passagem toda de vida aí eu fui sempre um pequeno empresário... Eu tive hotel, tive loja de automóvel, tive uma imobiliária e quando eu ingressei na Prefeitura eu deixei as coisas de negócios com as pessoas de minha relação que sempre trabalharam e continuaram. Eu quando ingressei na Prefeitura, eu tinha muito mais carros que eu tenho hoje. Quando eu entrei na Prefeitura, era necessário fazer uma declaração de bens e lá está constado os bens que eu tinha, imóveis, carros e tudo, então a partir daí a denúncia gera em cima de que eu teria me beneficiado de algo que nunca encontraram e também nunca olharam o passado, o que eu tinha antes. A Polícia Federal tinha um rapaz que era um funcionário, que se eu não me

engano era um funcionário chamado Paiva, que sempre em toda a Operação, toda ela, ele se apresentou como perito e ele é um agente da Polícia; nem bem agente, ele é, eu não sei bem qual é o nome de quem trabalha, menos agente, ainda. Ele não era perito, mas se identificava como perito, dizia ele é que fez os levantamentos, ele que fez tudo e passou isto ao doutor Harold que acabou fazendo essas denúncias baseado neste... Foi envolvida toda a minha família. O meu cunhado, que é um diretor de uma multinacional, foi envolvido. Hoje está fora total, o Juiz o afastou do processo, já liberou os seus bens, então, na sequência, as coisas vem vindo e se ajeitando. O processo da lavagem, ele foi, teve uma cisão em 5 de 5 um já foi julgado de onde envolvia o senhor Antonio Cavalheiro, o Lineu e a minha pessoa, no processo eu estou afastado dele, mas relacionava a ele ter movimentado patrimônio, coisas de minha titularidade e aqui está a sentença do juiz onde ele absolveu todos. Esse é o primeiro deles. Aí eu já começo... A gente, há pouco tempo atrás, já começamos a perceber que havia muitos erros, entre eles, pessoas que foram afastadas do processo, já por conta do Ministério Público e outros, por que ingressaram em juízo na forma de seus bens estarem indisponíveis, em virtude de ter relacionamento comigo; é a grande maioria familiar, a minha mãe com 85 anos, lúcida, cuidando do sitiozinho dela, era chamada de laranja pelo Procurador. Isso é uma loucura, isso aí que ter que ver essas coisas que a minha mãe eu pagava o IPVA do carro dela, eu acho que qualquer filho pagaria... Eu pagaria tudo se eu pudesse, mas ela não precisa, ela tem, mas eles alegam essas coisas aí de relação familiar, que seria um bando, a família toda. Todos eles tiveram problema, todos eles já estão aí respondendo processo, mas já começou a ter essas decisões lá o juiz já percebeu que não existia nada de incompatibilidade, não existia nada de. Nesse aí nós temos mais 4 em andamento e vamos aguardar para que consigamos provar em todos. Doutora, eu vou voltar para o DETRAN. Depois de ter feito tudo, eu aqui tenho o meu depoimento que eu disse para a senhora lá na Polícia Federal, deve estar no processo, eu acredito que esteja e tudo o que me foi perguntado aqui, se eu conhecia o Flavio, eu respondi, o Maciel, me perguntaram, tudo isso da primeira vez que eu fui lá. Da segunda vez que eu fui lá, que eu saí, então, indiciado, voltaram a perguntar sobre... Aí voltaram a perguntar sobre o seu Lair Ferts. Eu conheci o Lair, ele ajudou na campanha do Prefeito Ronchetti, ele era secretário do Deputado Marchesan em 2000, ele trabalhava com o deputado Marchesan. Ele trabalhava na bancada do PSDB e ele sempre esteve relacionado com o PSDB, até lá em Canoas. Então, eu o conheci, conheço ele, eles perguntaram sobre outras que eu não conhecia as empresas que faziam parte do trabalho junto ao DETRAN, não conhecia e foi só isto que me perguntaram, se eu defendia alguns interesses se eu tinha estado com alguém aqui está o meu depoimento, doutora. Aqui não pergunta se eu... Eles perguntaram se alguém do governo deve ter sido do governo da governadora ou lá de Canoas que eu não me lembro, se eu... Pediram a relação, se eu intervia em algum caso que eu intervisse em relação em algum caso, alguma coisa, não é. Eu nunca tive, nunca ninguém me procurou para que eu defendesse interesse de alguém, junto ao governo do Estado ou junto ao governo de Canoas. É isso aí, doutora, do meu depoimento. Daí eu peguei aqui os depoimentos do seu Lair Ferts, ele, nos dois primeiros depoimentos, que são do dia 6 de novembro e do dia que ele é reinquirido, é do dia 13, se eu não me engano, é no dia 6 de novembro e 13 de novembro, ele não cita nada, não perguntam nada para ele nesses dias aqui, ele não cita nada, não tem nada sobre a minha pessoa. Daí no dia 06/03/2008 eles perguntam se ele me conhece ele diz que me conhece e perguntam para ele se eu havia intercedido alguma coisa para ele. Ele nega que tenha solicitado a Francisco Fraga, Chico Fraga, Secretário de Canoas, que intercedesse junto ao DETRAN em prol do requerido ou das empresas dos familiares seus, Newmark e Rio del Sur, e que no âmbito dos dois encontros que manteve com Flavio Vaz Neto por iniciativa deste... Isso é o Lair dizendo que ele nunca teve... Nunca disse que eu iria ou qualquer coisa, não tem nada, não existe nada que me envolva a minha família ou a figura dele intercedendo para ele no DETRAN, não... Ele nega o Antonio Dorneles, o Maciel no primeiro depoimento dele. Nem uma vez ele me cita em nada nem no dia 6, nem aos 13 dias de novembro. Aliás, dia 6 de novembro, é a primeira vez que ele é ouvido não tem nem uma vez aqui não tem nada que foi perguntado ou que ele tenha dito, não existe nada, nada, nada, no dia 6. No dia 13 ele é reinquirido e também novamente, não tem nada que eles

perguntem a ele em relação a minha pessoa está aqui não fala nada... Está aí o senhor Flavio Vaz Neto no dia 6 de novembro, ele também deu um enorme de um depoimento, tem tudo aqui tudo o que podia nenhuma vez nem uma vez ele citou o meu nome ou foi perguntado a ele alguma coisa. E tem várias ligações, várias pessoas são perguntadas de mim nada. Depois em 7 de fevereiro ele é reinquirido e aí aqui é perguntado para ele e as perguntas dão uma ideia de uma certa indução que perguntam para ele se ele me conhecia. Ele diz que me conhecia, que eu estive lá falando com ele. Perguntam da tal reunião da Assembleia e ele diz que não houve que ele não esteve lá que ele nunca esteve comigo ele não me apresentou para o professor Silvestre, ele nunca me apresentou, eu não conhecia o professor Silvestre. Eu vim conhecer ele no dia da CPI. Quando eu sai da Policia Federal no dia... A última vez que lá estive o Delegado disse para mim, que ele ia fazer uma acareação comigo e com o professor Silvestre, e nós nos prontificamos que ele marcasse e fizesse. A CPI, também disse que ia fazer uma acareação comigo e o professor Silvestre, também ficaram e nunca marcaram e o dia que o professor Silvestre e o seu Pelegrini foram lá eu não fui intimado para ir lá, então, existia toda uma orquestração aí no depoimento do professor Silvestre, tem uma pequena referência dele, aqui que ele diz que evidentemente contrariados e o interrogado Ferdinando Fernandes e o Luiz Carlos Pelegrini foram até a Assembleia Legislativa para uma reunião em uma das salas daquela casa parlamentar que na reunião apresentou-se como um interlocutor do Governo do Estado o indivíduo Chico Fraga, ele já... Ele disse que é um indivíduo, nem sabe que jeito eu sou que foi informado nessa ocasião que Lair Ferts era titular de um crédito. Essa é a única referência que o Silvestre, faz da minha pessoa na CPI, ele foi ouvido e eu a assisti em casa e gravei isso está gravado, foi mostrado uma foto e ele não o reconheceu como sendo eu achou que podia ou não eu não tenho bem recordação, mas não vinculou a nada, se ele tivesse confirmado que era eu e tudo certo, provavelmente, a CPI me chamaria no outro dia, o professor parece que o Pelegrini também foi lá e também não teve... E mostraram parece que uma foto bem recente minha bem de poucos dias, então, eu não estive na Assembleia eu não estive na reunião eu nunca fui lá. Eu nunca defendi nenhum interesse do Lair Ferts até por que ele nunca me pediu e eu também nunca tive negócio nenhum com ele, eu nunca tive relação de negócio nenhuma com ele... Conhecia ele, tivemos no passeio de barco do Roberto Carlos juntos eu encontrei ele lá, nada de favor dele para mim, nem eu para ele, nunca procurei o senhor Flavio Vaz Neto para interceder pelo seu Lair ou pelo Governo ou por quem quer que seja, até por que eu como eu disse para a senhora eu estava afastado do governo de qualquer coisa. Eu não estava mais indo lá eu tinha a minha atividade em Canoas e não tinha que estar lá, eu era muito cobrado, também para estar em Canoas, não... A única denúncia que teria contra mim, é que eu teria ido numa reunião que eu não fui. E mais, foi pedido pela CPI, na própria CPI foi pedido para mostrar os dias que lá eu estive na Assembleia todas as vezes que eu lá estive tinha a minha entrada com a minha foto, neste dia que é 9 de maio, se eu não me engano, que é falado da reunião é 09/05/2007, eu teria entrado lá e teria ido na reunião eu não fui lá e eu sempre fui muito desse disciplinado, eu todos esses Ministérios que eu fui em Brasília, todas as reuniões que eu fiz em Brasília, estão todas elas registrada a minha entrada e a minha saída, assim, como na Assembleia e no Governo do Estado eu nunca entrei pela porta dos fundos, nem sei se tem mas dando uma resposta eu não entrei se eu não entrei dia 9 lá de maio é alguém entrou lá e se identificou, disse que era até por que não entrou na Assembleia o Chico Fraga ou o pretenso Chico Fraga, não acharam isto na CPI, nós já requeremos. Eu não sei se está requerido, não é, doutora. Para que eles digam se eu estava lá, não pode alguém que não entrou estar lá. Mas o mais importante de tudo, doutora, é a minha convicção, eu não procurei, não fiz nenhuma atividade e ninguém e nem procurei ajudar ninguém e nem me envolvi, não sei como era o sistema, não sei nada. Se a senhora me perguntar tudo de Canoas, tudo eu vou lhe responder, DETRAN eu não sei nada. Eu acho que é só, doutora.

JUÍZA: O senhor mencionou aqui que o senhor fazia, tinha um papel na condição de elo político da cidade de Canoas, o senhor mencionou as suas idas a Brasília, as suas conversas coma então governadora Yeda Crusius, enfim, as articulações que faziam parte da sua esfera de atuação. Eu

gostaria que o senhor deixasse isso um pouco mais claro não é, o senhor funcionava como elo político de que forma com que tipo de contato o senhor mencionou que conseguiu trazer investimentos para Canoas, como é que eram esses contatos em Brasília, como é que eram esses contatos com o Governo do Estado?

RÉU: Doutora, recursos do Governo Federal nós trouxemos vários, vários de vários Ministérios. O meu contato lá era pedido assim, para ter uma reunião lá com o Ministro da Fazenda por que nós tivemos um empréstimo do CAF, que é a Confederação Andina de Fomento, em vez de nós fazer com o BID, fizemos com o CAF, então, para ser agilizado o processo nós pedíamos para o Senador Zambiasi. Certa feita, nós até pedimos para o Senador Paim, mas como nós éramos de partidos diferentes, o Paim, nunca... Eu não vou dizer que nunca até por que no dia da votação tinha que votar no Senado aquela licença para poder autorização... Para poder fazer o financiamento externo tinha uma data em que era, eu não me lembro, assim, mas dezembro, 28, era o último dia que podia e nesse dia o Senador Simon, o Senador Paim e o Zambiasi botaram na pauta, no dia incluiram na pauta e foi aprovado. Então, eu usava muito da figura do Zambiasi, poucas vezes do Senador Simon, muito rara, por que nós não tinha uma ligação muito grande, mas o Senador tinha por que o PTB estava em Canoas e nessa época eu estava no PTB, ainda e ele ajudava muito, pedia muito a interferência do deputado Padilha muitas vezes ele nos ajudou também, mas era na questão de pautas. Não na intervenção de tem que dar fazer, não por que em Brasília, dinheiro tem para quem sabe pedir e para quem sabe fazer projetos, nos tínhamos projetos excelentes projetos e conseguimos recursos. O Governo do Estado, eu não tinha uma relação só com a governadora. Nós também ajudamos o governo Rigotto, quando ele foi para o segundo turno nós o ajudamos, participamos, ele tinha nos dado um compromisso de investimento em Canoas, ele nunca cumpriu. Nós tínhamos também da Governadora Yeda o compromisso de investimento, não houve investimento nenhum do Governo e acho que até hoje o governo do Estado tem uma dívida em Canoas com o que foi melhor feito em Canoas que foi a construção do Pronto Socorro. O Pronto Socorro na época que nós começamos o ministro era o Ministro cerra, o deputado Marchesan é que intercedeu muito por nós lá e nós conseguimos um recurso de três milhões depois foi para seis milhões e nós gastamos quarenta milhões para fazer o Hospital Pronto Socorro. O Governo do Estado ficou também de doar, investir uma parte quando o Rigotto, era governador, nós terminamos já quando o Rigotto era governador, nós terminamos já, ele já no Governo da Yeda, e não recebemos recurso nenhum dos dois governos.

JUÍZA: O senhor mencionou aqui que teve algumas conversas com a governadora dando indicações de que tinham natureza, conteúdo político. Já que o senhor não a considerava propriamente uma política, mas uma técnica. Nessa condição, assim, o senhor chegou a falar como interlocutor do Governo do Estado em alguma oportunidade?

RÉU: Doutora, também, assim, não que eu tivesse, eu chegasse na governadora como eu chegava no prefeito, ou no deputado Padilha ou no Senador. Eu tinha uma relação muito maior com o senador Zambiasi de estar, de almoçar com ele e com o deputado Padilha e com o prefeito Ronchetti, com o deputado. Ela, eu às vezes, na maior parte das vezes, tinha que mandar praticamente recado, falar através da sua secretária, do seu Secretário da Casa Civil e tal, mas não tem o que eu lhe coloquei, aí é o que a imprensa botava, eu nunca solicitei assim... Eu queria que o coronel fosse comandante, não, o Coronel Mendes trabalhou em Canoas na campanha e ele esteve próximo, ele era um dos melhores coronéis aí nós que não queria que ele saísse Canoas terminou a marginália por conta dele. Então, ele foi merecido, ali me relaciono, várias coisas eu nunca, não existe isso, e é como eu disse para a senhora, tinha gravações, nesse período que o coronel Mendes vai ser nomeado, não tem eu pedindo para ela nada, e outra não tem uma gravação minha com a governadora Yeda tem quarenta e duas mil ligações minhas.

JUÍZA: E o senhor chegou a estabelecer algum contato a partir de pedido do Governo do Estado, o senhor falar em nome do Governo do Estado. Eu digo, o senhor falar em nome do Governo do Estado, o senhor mencionou que nessa reunião que o senhor teria estado, o senhor teria sido apresentado como um representante do Governo?

RÉU: É, isso quem diz é o professor, não sou eu.

JUÍZA: Isso, em alguma oportunidade o senhor chegou a falar em nome do Governo do Estado?

RÉU: Não, não, em nenhum lugar, é o que eu volto a lhe dizer, tem gravações em todos os dois processos. Eu no mínimo para estufar o peito eu teria ligado uma vez para alguém. Olha, tu faz assim, que eu vou falar com a governadora por que eu, ou então eu vou pedir para a governadora para te transformar num secretário. O que eu nunca fiz, quem fala pelo governo, fala pelo telefone, fala em qualquer lugar, eu nunca tive dela a autorização e nem nunca eu falei uma mentira.

JUÍZA: Na proposta dessa condição o senhor mencionou que conhecia Lair Ferts e que ele havia, inclusive, trabalhado na campanha do doutor Ronchetti "incompreensível"?

RÉU: Em 2000 ele era assessor do deputado Marchesan e ele estava sempre junto com o Deputado Marchesan, todas as tratativas do PSDB que era uma coligação do PTB com o PFL com era quase todos contra o PT, ele era o representante do PSDB junto com o Marchesan.

JUÍZA: Ele chegou a trabalhar também na campanha da governadora?

RÉU: Trabalhou também na campanha da governadora.

JUÍZA: Nessa campanha o senhor teve algum contato com ele?

RÉU: A gente se encontrava, nós sempre se encontrava no comitê, mas era coisas esporádicas. Eu, por exemplo, nunca acompanhei a Governadora em carreata, em campanha, em caminhadas e coisa, então eu não tinha um contato com ele diário, ele estava lá na campanha dela. O tamanho que ele estava, eu não sei.

JUÍZA: O senhor não tinha um contato muito próximo com ele, então?

RÉU: Não, isso "incompreensível", cada um tinha uma parte para fazer.

JUÍZA: Na época o senhor esteve na Secretaria de Governo em Canoas. E talvez antes mesmo disso o senhor mencionou outras secretarias que ocupou. O senhor sabia da existência de contrato entre a prefeitura, entre o município, aliás, e a empresa Pensante?

RÉU: Quando eu cheguei na secretaria de projeto eu acredito que eles já... Já tinha havido uma licitação e eles estavam fazendo dois projetos lá.

JUÍZA: E o senhor sabe que projetos eram?

RÉU: Um era de modernização, Gestão e Modernização, era um modelo que estava aqui sendo implantado, aqui em Santa Maria, por que o pessoal da Secretaria da Administração que fez a licitação, que trabalhou, eles vieram aqui para ter um início de... Na Prefeitura, vieram aqui.

JUÍZA: Naquela oportunidade lá, o senhor teve algum contato com os sócios da empresa, especialmente com o José Antonio Fernandes?

RÉU: Conheci todos eles lá, todos que trabalharam eu conheci, eles ficaram lá de 2002 a 2003.

JUÍZA: O senhor conheceu então o Fernando Fernandes?

RÉU: O professor José Fernandes, conheci.

JUÍZA: Afora essa relação da Pensante com o município de Canoas, o senhor teve algum tipo de contato com a empresa Pensante ou com o José Antonio Fernandes, ou com o Fernando Fernandes ou com o Ferdinando Fernandes?

RÉU: De 2003, doutora, quando eles sairam da Prefeitura, olha, tenho quase convicção que eu nunca mais falei com eles, nem por telefone. Talvez até possa ter falado ao telefone, mas eu assim, de 2004 em diante que deve ter encerrado todo o processo e houve uma nova eleição, um novo momento, eles nunca mais tiveram contato conosco e nem nós com eles.

JUÍZA: Denise Nachtigall Luz?

RÉU: Sim.

JUÍZA: Quando o senhor a conheceu, em que circunstâncias?

RÉU: Eu quando cheguei na secretaria ela era diretora do gabinete do prefeito. Quando eu estava de secretário de projeto eu acho que ela já estava lá, quase com certeza, também, ela já era diretora de gabinete do Prefeito, do gabinete do prefeito ela era.

JUÍZA: O senhor sabe como ela chegou a essa condição, o prefeito chegou a comentar?

RÉU: Olha, eu tenho conhecimento que o prefeito a nomeou a foram que ela chegou, quem convidou, eu não... Quem indicou, se indicaram, ela chegou por que ela seria a pessoa que daria ao prefeito uma sustentação jurídica ela foi para fazer uma pré-avaliação do que era jurídico para o prefeito. Ela teria e tem o conhecimento na área administrativa. Eu até acho, doutora, não quero lhe afirmar, mas em 2001, eu acho o prefeito teve uma CPI muito forte, uma CPI de um vereador lá, muito forte, em Canoas. Esse vereador contratou, eu não sei se ele, o partido na época contratou, o doutor Oliosi, o doutor Ferretti, que acabaram defendendo ele e absolvendo ele. Posterior, veio o acidente do doutor Oliosi, e ele morreu, e o doutor Ferretti tinha o doutor Oliosi por causa do crime. O doutor Ferretti não fazia crime, fazia eu acho que é administrativo e consultoria, e alguma coisa assim, mas eu acho que era muito experiente por que os dois trabalhando absolveram o vereador e aí eles depois disso foi contratado o doutor Bráulio, e ele para terminar o processo com a morte do doutor Oliosi. Esse processo terminou ali por 2002, 2003, eu acho. É, eu acho que a doutora Denise já era, eu acho que ela já era funcionária ou estagiária do doutor Ferretti, ela tinha alguma ligação com o doutor Ferretti. Pode ser que seja através dele.

JUÍZA: O senhor chegou a trabalhar diretamente com ela, teve algum contato mais próximo?

RÉU: Eu tive quando eu fui Secretário de Governo, ela teve um pequeno período comigo ali. Comigo, não, a minha Secretaria era antigamente, a Secretaria de Governo era uma sala e duas salas, uma sala do lado da outra, onde era o meu gabinete e o dos meus assessores, e ela era numa sala ao lado onde eram os assessores do prefeito. O prefeito tinha um protocolo. O prefeito tinha

uma assessoria de documentos e coisa e ela que era a diretora, era ela que comandava eles e várias vezes a gente teve tratativas, em algumas vezes eu tive tratativas com ela.

JUÍZA: Fora esse período em que ela esteve na diretoria da Secretaria de Governo, o senhor teve contato com ela, manteve contatos posteriores?

RÉU: Não.

JUÍZA: Sabe da atividade profissional dela, depois desse período?

RÉU: Eu sei que ela é advogada, e ela inclusive defendeu o prefeito Ronchetti numa improbidade administrativa, contratada como advogada, ela é... Não sei se já terminou esse processo, ela foi advogada do prefeito Ronchetti, contratada por ele.

JUÍZA: O senhor mencionou que a sua relação, a natureza da sua relação com o Antonio Dornéu Cardoso Maciel, e mencionou que chegou a fazer contato com ele em função da CEEE gestionando algumas coisas. Ele chegou alguma vez nessas conversas a fazer menção ao DETRAN ou de interferências que ele tinha no DETRAN, não?

RÉU: Não, doutora, nunca.

JUÍZA: Nunca falaram sobre isso?

RÉU: Não, doutora, nunca tivemos conversa nenhuma sobre DETRAN. O Maciel, o bom de a gente se encontrar com ele e conversar é que era um cara mais bonachão, um cara mais legal de a gente falar com ele, que se tinha algum problema a gente desopilava. Então, eu várias vezes falei com ele, e quando eu soube que ele estava doente e quando nós se encontrava, falava, tomava café e coisa eu nunca bebi com ele, por que eu não sei se ele bebia. Eu visitei ele muito, tinha muito carinho por ele.

JUÍZA: Voltando um pouco a questão envolvendo o Lair Ferts. O senhor mencionou da participação dele na campanha Yeda Crusius. Ele também trabalhava como uma espécie de articulador político?

RÉU: O Lair sempre foi um articulador político e exerceu cargos políticos... Assessor do deputado, assessor da bancada; ele sempre teve uma ligação política.

JUÍZA: Especialmente nessa época em que o senhor às vezes o encontrava na campanha da Governadora, ele chegou a fazer menção a contratos envolvendo o DETRAN ou específica menção ao DETRAN?

RÉU: Nunca. A senhora fala na campanha de 2006?

JUÍZA: Sim.

RÉU: Nunca, nunca fez nenhum comentário. Eu nunca vi ele pedir ou dizer. Eu não sei onde o Lair participava no DETRAN, leio aqui no processo, mas se me perguntar se ele era dono ou se ele tinha um investimento que tinha uma... Não tem, não existe isso para mim.

JUÍZA: Naquela época de 2003 a 2007, o senhor recorda ou se sabia da existência de empresas da família ou vinculadas a família ou do próprio Lair Ferts que mantivesse algum contrato que envolvesse o Governo do Estado ou, enfim, o DETRAN?

RÉU: Não, doutora, o Lair teve muito próximo até lá de Canoas, eu acho que até 2002, por que se eu não me engano eu acho que em 2002 é que morreu o Marchesan, a partir daí ele passou a fazer parte na bancada do PSDB na Assembleia. Se eu não me engano nessa fase aí ele pouco esteve em Canoas, ia por que ele tinha uma relação de partidarismo. Eu, para mim, doutora, quando me disseram que o Lair tinha participação no DETRAN, é estranho, por que eu sempre tive o Lair como um empresário de calçado, inclusive as vezes que eu falei com ele, ele sempre falou, algumas vezes que tivemos alguma conversa que ele tinha trabalhado com importação de arroz, que ele tinha uma fábrica de calçado, que ele teria alguma coisa assim, que ele administrava ou era, nunca se aprofundou se ele era dono de alguma coisa ou se ele administrava.

JUÍZA: A empresa Rio del Sur, o senhor chegou a conhecer ou saber da existência dessa empresa?

RÉU: Não, senhora. Até hoje eu só li no papel aí.

JUÍZA: Na época em que a empresa Pensante mantinha o contrato com o Governo de Canoas, o senhor ficou sabendo que a empresa havia sido contratada também para prestar serviços a FATEC, envolvendo a execução do contrato que aquela instituição, que a Fundação mantinha com o DETRAN, da contratação da Pensante pela FATEC? O senhor ficou sabendo?

RÉU: Não, eu, nós, assim, a gente teve assim um conhecimento muito superficial de que a FATEC ia assumir. Foi noticiado, foi tudo, foi conversado em 2000 e não me lembro se é 3 ou 4 que ela assumia o lugar da Carlos Chagas, isso a gente soube lá na época.

JUÍZA: O senhor recorda como ficou sabendo disso?

RÉU: Isso foi por meio de notícias que estava mudando que tinha... E comentário dentro das Universidades, por que nós usamos, nós mantivemos um trato com a... A Pensante fez uma licitação e nós tivemos aquele guarda-chuva das Universidades lá na Prefeitura, eu quero lhe dizer que quase todas as Universidades trabalharam conosco, o LaSalle, a UniRitter, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a PUC, eu acho através da FAMECOS ou comunicação, ou uma coisa assim, tiveram lá. Tem trabalho para a Universidade de Santa Maria, olha, eu acho que todas as Universidades praticaram alguma consultoria, algum trabalho assim, de prestação do conhecimento do seu trabalho.

JUÍZA: O senhor não soube também da contratação de empresas vinculadas a família de Lair Ferts pela FATEC?

RÉU: Não, isso nunca.

JUÍZA: O senhor mencionou aqui, mas de forma objetiva, o senhor não conheceu o Luiz Carlos de Pelegrini e nem o professor Silvestre?

RÉU: O professor Pelegrini, se a senhora botar três pessoas aqui dentro hoje, eu não me recordo dele. O professor Silvestre quando eu soube eu comecei a acompanhar e comecei a vê-lo, então, eu o conheço visualmente, bem até hoje, mas o professor Pelegrini eu não sei se é professor ou o que ele é... Mas o Pelegrini eu nunca mais assim, eu vi ele naquele dia da CPI e não tenho recordação dele. O professor Silvestre, eu nunca vi ele antes, ele nunca esteve conosco, eu nunca...

JUÍZA: O senhor não esteve com eles em nenhuma reunião na Assembleia?

RÉU: Não, senhora, em nenhuma.

JUÍZA: O Ferdinando Fernandes, o José Antônio Fernandes, o senhor esteve com eles em alguma reunião fora a questão que envolvesse o município de Canoas e o serviço que eles prestavam a Canoas, esteve com eles na Assembleia Legislativa?

RÉU: Doutora, o professor José Fernandes, o Ferdinando, toda a equipe que eles trabalharam, eu só os vi no período que fizeram o contrato lá. Depois nunca mais, nunca mais tiveram contato conosco. Talvez alguma vez se encontrou ou se falou... Eu tenho para mim que eu nunca mais falei com ele. Eu tenho quase certeza disso, por que eles saíram de Canoas e eles não tinham nada em Canoas.

JUÍZA: O senhor mencionou aqui também que conheceu o Flavio Vaz Neto? O senhor tinha alguma relação de proximidade com ele? Chegou a manter algum contato com ele depois que ele assumiu a presidência do DETRAN?

RÉU: O Flavio Vaz Neto, doutora, eu acho que eu conheci ele a mais de 30 anos atrás, ele e o Bira, o Bira era presidente do Juventude do PDS, o Maciel era secretário, ele era advogado. Eu fui assessor do Chico Biazus, que era um prefeito do PP eu era do PDS, então, eu tinha vínculos com o partido, me encontrei em convenções e reuniões com todos eles e durante o Governo da Yeda... Até me surpreendeu ele ter ido para lá, por que na campanha assim, eu não vi ele até... Não, devo ter falado com ele, falei sem dúvida algumas vezes depois de ele ser diretor do DETRAN, eu não sei em que oportunidade ou onde, mas eu devo ter falado sim.

JUÍZA: Nunca falou em nome de Lair Ferts ou pedindo em nome de Lair Ferts?

RÉU: Não, doutora, por que eu não tinha o porquê pedir, não tinha, eu não tinha vínculo com o Lair para pedir alguma coisa para alguém e se tinha alguém que pedia era o próprio Lair, se ele se achava no direito de alguma coisa por que ele tinha mais proximidade na governadora do que eu, com certeza.

JUÍZA: O senhor sabe da existência de algum tipo de relação, ou de amizade ou de proximidade, entre o Lair Ferst e o Carlos Ubiratã dos Santos?

RÉU: Isso eu não sei, eu até acho que até pode ser possível, por que o Lair também é oriundo do PDS. Eu acho que ele é do PDS por que o Marchesan era do PDS. O Marchesan foi do PDS durante muitos anos. Ele só saiu do PDS eu acho que em 1990 se eu não me engano, ou em 1994, quando houve uma dissidência.

JUÍZA: E quando o senhor Carlos Ubiratã esteve em frente do DETRAN, o senhor mantinha contato frequente com ele?

RÉU: Não, entrave, reunia os políticos ou alguma coisa assim, mas não tinha relação de nunca falei com ele e eu nunca fui no DETRAN, nem visitar ele e nem o Flavio em nenhum dos dois eu estive lá. Isso eu tenho convicção encontrar em alguma atividade social, política, com certeza.

JUÍZA: Pelo Ministério Público.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL: Seu Francisco, apenas um esclarecimento ainda acerca do seu depoimento de agora a pouco. Quando o senhor refere ainda a atuação da Pensante em Canoas o

senhor faz menção há dois projetos e cita um deles que é um projeto de modernização que estava sendo implantado à semelhança do que ocorria em Santa Maria. O outro projeto, o senhor se recorda do que se tratava?

RÉU: Não tenho recordação se era alguma coisa de moradias, algum projeto de moradias, alguma coisa assim, eu não tenho lembrança.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL: Ainda com relação então à campanha da Governadora Yeda Crusius em 2006, o senhor fez uma referência aqui do trabalho do senhor Lair Ferts, dizendo mais ou menos que o encontrava esporadicamente, que ele trabalhou na campanha da governadora e que seria um articulador político. Pelo que o senhor conhece, qual especificamente a sua função nesse período, nessa campanha?

RÉU: Eu era um colaborador, doutor. O que surgia, o que precisava, trazia algumas ideias, alguns modelos do que nós fizemos das campanhas em Canoas e algumas estavam construindo um livro do projeto dela, onde nós trazia as obras e coisas de Canoas, tipo o hospital Pronto Socorro, que é conhecidíssimo no Estado, no modelo que a gente fez.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL: Mas as gestões no período de campanha, por que eu entendo até a sua atuação em vinculado a Prefeitura de Canoas, posteriormente a "incompreensível" ao governo do Estado eu lhe pergunto no período de campanha, da sua atuação?

RÉU: O senhor quer dizer no horário de expediente? No horário de expediente eu estava na Prefeitura dando expediente. A minha atividade se resumia ao fim da tarde passar lá, no fim de semana acompanhar alguma coisa lá, organizar, levar, reunir com um grupo de trabalho, mas eram todos eles fora do expediente, com certeza.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL: Independentemente do horário, qual a função específica na campanha?

RÉU: Eu disse para o senhor, é como um colaborador, eu levava ideias de como nós fizemos a nossa campanha, nós tínhamos sido vitoriosos em 2000, em 2004 isso para eles, PSDB, era uma vitória, nós éramos a prefeitura maior, aí então havia interesse em conhecer como é que foi.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL: O senhor sabe qual era a relação entre o seu Lair Ferts e o senhor Marcelo Cavalcante?

RÉU: Olha, eles eram na campanha, eles estavam sempre juntos, estavam sempre, tinham uma... Até por relação do partido, assim, via eles lá conversando, via lá e...

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL: O senhor manteve contato com o senhor Marcelo em algum momento?

RÉU: Ele era o secretário da Yeda Crusius, com ele, muitas vezes, eu falei com ele sem falar com ela, muitas e muitas vezes. Ele é que conversava, ele é que passava para quem tinha que ir levar o Projeto, a ideia, ou se tinha alguma agenda que a gente queria, ele é que... Ele era o secretário dela. Não tinha quem não falasse com ele na campanha.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL: E pós- campanha também na sanção do Governo do Estado?

RÉU: Se eu falei com o Marcelo?

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL: Exato.

RÉU: Olha, eu acho que umas eu não sei se falei umas duas vezes lá em Brasília, por que como eu disse para o senhor eu ia muito lá, eu posso ter me encontrado com ele, almoçado ou jantado por que eu ia a Brasília e aproveitava lá fora o horário de compromisso também visitar as pessoas que poderiam de uma forma ou de outra nos ajudar.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL: Senhor Francisco, o senhor conhece a empresa MD Segurança?

RÉU: Sim, ela prestou serviços para nós lá em Canoas.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL: Quem era o representante dela?

RÉU: Quando nós chegamos em Canoas, quando o prefeito se elegeu, a MD já prestava serviços, ela já era contratada e licitada. Teve uma fase que o Lair intercedeu em favor dela se ele representava ou não numa fase lá, ele se afastou e não teve mais lá.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL: Intercedeu em que sentido?

RÉU: Ele procurava, existia um atraso muito grande dessa empresa no Governo passado, no governo do Lagranha, e ele intercedia de uma forma para ver se recebiam os valores. Eu até acho que, eu não me lembro, eu acho que ele não era formado na forma jurídica, não na forma...

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL: Sem mais perguntas.

JUÍZA: Pelo assistente de acusação. Pela defesa.

RÉU: Ricardo, primeiro os colegas, depois tu encerra. Algum colega vai querer fazer pergunta?

DEFESA: Eu não sei se... Mas depois.

JUÍZA: Alguém mais da defesa, pretende fazer perguntas? Então a "incompreensível" pode ser interrogada.

DEFESA: Senhor Francisco, o Ministério Público acusa o senhor de ter praticado extorsão, é isto que interessas a esse processo, então eu pergunto para o senhor. O senhor em algum momento praticou extorsão?

RÉU: Não senhor, é como eu disse para o senhor, é um ato, e é como eu disse para a juíza, é um ato muito violento para mim, praticar extorsão é muito violento.

DEFESA: Em algum momento na sua vida o senhor praticou algum ato de extorsão?

RÉU: Não existe ninguém que diga que eu tenha sido até a voz alta com ninguém. Não existe ninguém que eu tenha afrontado ou amedrontado.

DEFESA: Satisfeito, doutora.

JUÍZA: Interrogatório encerrado, a não ser que o senhor tenha algo mais a dizer em sua defesa.

RÉU: Não, doutora, eu acho que tudo foi dito, doutora, eu continuo entendendo que me foi imputado algo que não... Violento, violenta a pessoa, mas a vida da gente é para entender e eu entendo e não me revolto, mas fico abismado e espero poder provar aí a inocência.

JUÍZA: Interrogatório encerrado.

Fim do áudio.